

No. 34537

**BRAZIL
and
CHILE**

Agreement in the field of plant and animal health, supplementary to the Basic Agreement on scientific, technical and technological cooperation. Signed at Brasília on 25 March 1996

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Registered by Brazil on 29 April 1998.

**BRÉSIL
et
CHILI**

Accord en matière phytosanitaire et zoosanitaire, complémentaire à l'Accord de base sur la coopération scientifique, technique et technologique. Signé à Brasília le 25 mars 1996

Textes authentiques : portugais et espagnol.

Enregistré par le Brésil le 29 avril 1998.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO CHILE EN MATÉRIA DE SANIDADE AGROPECUÁRIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Chile
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

CONSIDERANDO:

Que é de interesse mútuo incrementar o intercâmbio comercial de produtos agrícolas e pecuários, bem como a cooperação técnica nos aspectos fitossanitários e zoossanitários entre os dois países;

Que os aspectos científicos, tecnológicos e normativos em matéria de sanidade animal e sanidade vegetal se revestem de especial interesse para facilitar o comércio internacional de animais, vegetais e seus subprodutos, além da preservação dos territórios de ambas as Partes Contratantes livres de pragas e doenças;

Que o reconhecimento, harmonização e agilização dos requisitos e procedimentos técnicos e administrativos exigidos nas importações de produtos agrícolas e pecuários facilitarão o comércio desses produtos e seus subprodutos;

Que ambas as Partes Contratantes concordam que os seus órgãos sanitários oficiais cumprirão estritamente as suas respectivas legislações e exigências fito-zoossanitárias;

Que os dois países subscreveram o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial de Comércio (OMC);

Que a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária da República Federativa do Brasil e o Serviço Agrícola e Pecuário do Ministério da Agricultura da República do Chile são membros do Comitê de Sanidade Vegetal (COSAVE) e do Comitê Regional de Saúde Animal (CORESA) do Cone Sul;

Que a dinâmica do comércio agropecuário torna necessário atualizar os acordos existentes.

ACORDAM estabelecer, em virtude do Acordo Básico Bilateral de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assinado em 26 de julho de 1990, o seguinte Ajuste Complementar:

CAPÍTULO I

Objetivo

ARTIGO I

A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária da República Federativa do Brasil, como organismo técnico do Brasil, e o “Servicio Agrícola y Ganadero (SAG)” do Ministério da Agricultura da República do Chile, como organismo técnico do Chile, doravante denominadas entidades executoras comprometem-se a:

- a) detectar e dar prioridade a ações de cooperação técnica em matérias de interesse comum com o objetivo de lograr um melhor controle das pragas ou doenças fito-zoossanitárias existentes e facilitar o comércio de produtos agropecuários entre os dois países;
- b) elaborar planos para prevenir a introdução e propagação, no território das Partes, de pragas ou doenças fito-zoossanitárias sujeitas a regulamentos quarentenários, bem como harmonizar, conforme o caso, os seus limites de tolerância;
- c) adotar as medidas técnicas e administrativas para que sejam observados os requisitos e condições fito-zoossanitários estabelecidos nas respectivas legislações nacionais, visando facilitar a exportação e importação de produtos agropecuários entre ambos os países;
- d) estabelecer regras mútuas relativas a aspectos de higiene e tecnologia no que tange aos controles oficiais de produtos de origem animal e vegetal.

CAPÍTULO II

Das Ações

ARTIGO II

A cooperação a que se refere o presente Ajuste Complementar será levada a cabo por meio das seguintes ações:

- a) intercâmbio de informação técnica e de legislação sobre a situação fito-zoossanitária de cada uma das Partes Contratantes, incluindo métodos de controle de pragas e doenças, técnicas de diagnóstico, manejo e elaboração de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;
- b) intercâmbio de pessoal especializado, com a finalidade de supervisionar, na origem, os procedimentos de produção vegetal e animal, a fim de verificar as condições fito-zoossanitárias;
- c) definir programas e tratamento fito-zoossanitários específicos que agilizem os procedimentos de comércio de bens e produtos agropecuários.

ARTIGO III

Com a finalidade de executar as ações de cooperação técnica a que se refere o Artigo II, as Partes Contratantes comprometem-se a:

- a) prestar colaboração recíproca de caráter técnico nos aspectos de reconhecimento, diagnóstico e medidas de prevenção de risco sanitário de ocorrência no território de ambos os países;
- b) sem reduzir o nível de proteção da saúde animal e sanidade vegetal, aproximar, no maior grau possível, a equivalência de suas medidas fito-zoossanitárias.

CAPÍTULO III

Direitos e Obrigações das Partes

ARTIGO IV

As Partes Contratantes terão os seguintes direitos:

- a) cada uma poderá, de conformidade com este Capítulo, adotar, manter ou aplicar qualquer medida fito-zoossanitária ou de verificação de resíduos para a proteção da saúde pública, animal e sanidade vegetal, consoante as normas da Organização Mundial de Comércio (OMC). Não obstante, terá direito de fixar seus níveis de proteção, desde que com base nos princípios científicos e na análise de risco;
- b) verificar se os vegetais, animais e seus produtos de exportação se encontram sujeitos a rigorosos acompanhamentos no campo fito-zoossanitário, em atendimento ao cumprimento das exigências de importação da outra Parte;

- c) as Partes Contratantes indicarão, de comum acordo, as regiões específicas onde se efetuarão os trabalhos de cooperação e os projetos técnicos estabelecidos no âmbito do presente Ajuste, tendo em vista as condições regionais, em particular as relativas às zonas livres de pragas e doenças.

ARTIGO V

As Partes Contratantes terão as seguintes obrigações:

- a) promover, em cada país, a participação de instituições e associações no cumprimento dos objetivos e das atividades previstas neste Ajuste Complementar;
- b) outorgar as facilidades técnicas e administrativas necessárias para o cumprimento do intercâmbio técnico-científico deste Ajuste Complementar;
- c) cooperar, de maneira imediata, para a solução de possíveis divergências na aplicação do presente Ajuste Complementar;
- d) exigir, quando necessário, os certificados fitossanitários, zoossanitários e sanitários acordados, para fins de intercâmbio comercial de produtos agropecuários;
- e) outorgar as facilidades necessárias para a realização dos controles, inspeções e aprovações de caráter fito-zoossanitário pela outra Parte Contratante;
- f) criar sistemas de harmonização, no âmbito sanitário, para os métodos de amostragem, diagnóstico e inspeção de animais, vegetais e seus produtos, em nível de campo, processamento industrial e ponto de entrada;
- g) estabelecer, registrar e trocar informação sobre os laboratórios, para as análises que sejam necessárias realizar nos animais, vegetais, seus produtos e subprodutos, que ingressem no território da outra Parte Contratante;
- h) promover as facilidades necessárias para a capacitação e especialização de pessoal técnico nas instituições de ensino, pesquisa e outras entidades voltadas para a sanidade agropecuária;

- i) as Partes Contratantes concordam em não aplicar medidas fito-zoossanitárias cuja finalidade seja somente criar restrições ao comércio bilateral;
- j) cumprir de imediato as medidas de urgência implementadas para controlar focos ou surtos de pragas de importância quarentenária e de doenças de notificação obrigatória, definidas bilateralmente.

ARTIGO VI

Na elaboração dos requisitos sanitários e fitossanitários para o intercâmbio de produtos, serão levadas em conta as normas nacionais, bem como as exigências pertinentes de importação da outra Parte Contratante. Deverão, igualmente, ser observadas as normas do Acordo sobre a Aplicação De Medidas Sanitárias e Fitossanitárias Da Organização Mundial de Comércio (OMC) e, em consequência, do Código Zoossanitário Internacional do Escritório Internacional de Epizootias (OIE), da Convenção Internacional de Proteção de Plantas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e do Codex Alimentarius. Ademais, devem ser consideradas as normas e diretrizes emanadas do Comitê de Sanidade Vegetal (COSAVE), e do Comitê Regional De Sanidade Animal (CORESA) do Cone Sul, assim como as normas e diretrizes emanadas de outras organizações internacionais das quais ambos os países sejam membros.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes comprometem-se a notificar:

- a) As mudanças significativas na situação zoossanitária, tais como o aparecimento ou a suspeição de doenças exóticas, conforme as listas A e B do OIE, no prazo de 24 horas;
- b) As modificações significativas na situação fitossanitária, tais como o surgimento ou suspeição de pragas quarentenárias ou propagação de pragas sob controle oficial, no prazo de 10 dias a partir da sua verificação;
- c) Os achados de importância epidemiológica com respeito a doenças não incluídas nos dois itens anteriores;
- d) As alterações nas normas fito-zoossanitárias vigentes, que afetem o intercâmbio comercial bilateral de produtos agropecuários, serão ratificadas com um mínimo de 60 dias antes da sua entrada em vigor, permitindo a apresentação de observações pela outra Parte. As situações emergenciais estão isentas do referido prazo.

ARTIGO VIII

Serão elaborados projetos técnicos de cooperação relacionados com produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, assim como os relativos aos insumos agropecuários de base.

ARTIGO IX

Os dispositivos deste Ajuste Complementar deverão ser aplicados a qualquer remessa que contenha produtos e subprodutos agropecuários para Consulados e Missões Diplomáticas, de conformidade com o disposto nas Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares.

ARTIGO X

A Parte Contratante que, por iniciativa própria, enviar representantes e especialistas à outra Parte custeará as despesas pertinentes. O país a ser visitado facilitará o acesso dos funcionários ao local em que tenham que desenvolver suas atividades e proporcionará a assistência necessária para o cumprimento da missão.

CAPÍTULO IV Das Entidades Executoras

ARTIGO XI

A coordenação e supervisão da aplicação do presente Ajuste estarão a cargo das entidades executoras do mesmo através de uma Comissão Mista de Planos de Trabalho integrada pelos titulares dos órgãos responsáveis pelas políticas e implementação das atividades de sanidade agropecuária, ou por seus representantes, além das respectivas equipes técnicas que sejam consideradas necessárias.

ARTIGO XII

As entidades executoras se comprometem a elaborar, de maneira coordenada, um informe anual sobre o desenvolvimento e os resultados deste Ajuste Complementar.

ARTIGO XIII

Para discutir as matérias técnico-científicas e de certificação fito-zoossanitária, assim como os demais assuntos que surjam durante a execução do

presente Ajuste Complementar, as entidades executoras se reunirão, pelo menos uma vez por ano, em data e lugar acordados mutuamente. A sede do encontro será rotativa.

ARTIGO XIV

As Partes Contratantes levantarão os recursos financeiros para poder cumprir as atividades programadas e poderão solicitar cooperação dos produtores, importadores e exportadores de produtos agropecuários. Da mesma forma, poderão solicitar a colaboração de organismos internacionais para a realização de atividades destinadas à implementação do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO XV

As entidades executoras poderão, com base neste Ajuste Complementar, elaborar protocolos específicos em assuntos de interesse e que impliquem um maior detalhamento técnico-operacional, que permita a execução deste instrumento. Todo protocolo subscrito nos termos deste Artigo constituirá parte integrante deste Ajuste Complementar.

CAPÍTULO V Duração e Alterações

ARTIGO XVI

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data do recebimento da última notificação a respeito do cumprimento das formalidades legais internas para sua vigência plena. Terá validade por um ano e será prorrogado automaticamente por iguais períodos sucessivos, salvo se, seis meses antes do término de um período, uma das Partes Contratantes notificar a outra, por escrito, de sua decisão de denunciá-lo.

ARTIGO XVII

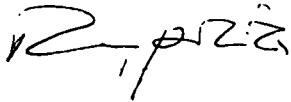
O presente Ajuste Complementar poderá ser alterado pelas Partes Contratantes mediante notificação escrita, apresentada com três meses de antecedência à data de execução das novas disposições de caráter fito-zoossanitário ou no início das temporadas de exportação, a não ser que se trate de medidas emergenciais. Quaisquer divergências sobre sua interpretação ou execução serão resolvidas por negociação direta entre as Partes.

ARTIGO XVIII

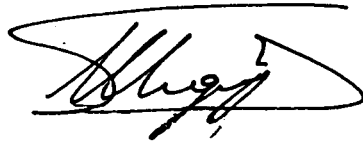
O término do presente Ajuste Complementar não afetará a realização das atividades de cooperação em execução nem das que tenham sido formalizadas durante a sua vigência.

Feito em Brasília, em 25 de março de 1996, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:



Pelo Governo
da República do Chile:



[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO COMPLEMENTARIO AL ACUERDO BÁSICO DE COOPERACIÓN CIENTÍFICA, TÉCNICA Y TECNOLÓGICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DE CHILE EN MATERIA DE SANIDAD AGROPECUARIA

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Chile, en adelante denominados las "Partes Contratantes".

CONSIDERANDO

Que es de interés común incrementar el intercambio comercial de los productos agrícolas y pecuarios y la cooperación técnica en los aspectos fitosanitarios y zoonosanitarios entre los dos países;

Que los aspectos científicos, tecnológicos y normativos en materia de sanidad animal y sanidad vegetal revisten especial interés para facilitar el intercambio de animales, vegetales y sus subproductos y la preservación de los territorios de ambas Partes Contratantes, de plagas y enfermedades;

Que el reconocimiento, armonización y agilización de los requisitos y procedimientos técnicos y administrativos que se exigen en las importaciones de productos agrícolas y pecuarios facilitarán el comercio de esos productos y sus subproductos;

Que ambas partes están de acuerdo en que sus organismos sanitarios oficiales aplicarán estrictamente su respectivas legislaciones y exigencias fito y zoonosanitarias;

Que los dos países firmaron el Acuerdo sobre la Aplicación de Medidas Sanitarias y Fitosanitarias de la Organización Mundial de Comercio (OMC);

Que la Secretaría de Defensa Agropecuaria (SDA) del Ministerio de Agricultura, de Abastecimiento y de Reforma Agraria de la República Federativa de Brasil y el Servicio Agrícola y Ganadero del Ministerio de Agricultura de la República de Chile y son miembros del Comité de Sanidad Vegetal (COSAVE) y del Comité Regional de Salud Animal (CORESA) del Cono Sur;

Que la dinámica del comercio agropecuario exige actualizar los acuerdos existentes.

Acuerdan establecer , en virtud del Acuerdo Básico Bilateral de Cooperación Científica, Técnica y Tecnológica suscrito el 26 de julio de 1990, el siguiente Acuerdo Complementario:

CAPITULO I

OBJETIVO

Artículo 1: La Secretaría de Defensa Agropecuaria (SDA) como organismo técnico de la República Federativa del Brasil y el Servicio Agrícola y Ganadero (SAG), como organismo técnico de la República de Chile, en adelante las entidades ejecutoras, se comprometen a lo siguiente:

a) Detectar y dar prioridad a las acciones de cooperación técnica en materia de interés común para lograr un mejor control de las plagas y enfermedades fito y zoonosanitarias existentes y facilitar el comercio de productos agropecuarios entre los dos países.

b) Elaborar planes para prevenir la introducción y propagación de plagas o enfermedades fito y zoonosanitarias sujetas a reglamentos de cuarentena en el territorio de las Partes Contratantes y armonizar, según el caso, sus límites de tolerancia.

c) Adoptar las medidas técnicas y administrativas para que se cumplan los requisitos y condiciones fito y zoonosanitarias establecidas por sus respectivas legislaciones nacionales, facilitando la exportación de productos agropecuarios entre ambos países.

d) Establecer reglas recíprocas relativas a aspectos de higiene y tecnología con respecto a los controles oficiales de los productos de origen animal y vegetal.

CAPITULO II

DE LAS ACCIONES

Artículo 2: La cooperación a la cual se refiere el presente Acuerdo Complementario se llevará a efecto mediante las siguientes acciones:

a) Intercambio de información técnica y de legislación sobre la situación fito y zoonosanitaria de las Partes Contratantes, sobre métodos de control de plagas y enfermedades, técnicas de diagnóstico, manipulación y elaboración de productos y subproductos de origen animal y vegetal.

b) Intercambio de personal especializado con la finalidad de supervisar en el origen los procedimientos de producción vegetal y animal para verificar las condiciones fito y zoonosanitarias.

c) Definir programas y tratamientos fito y zoonosanitarios específicos que agilicen los procedimientos para el comercio de bienes y productos agropecuarios.

Artículo 3: Con el propósito de implementar las acciones de cooperación técnica mencionadas en el artículo 1, las Partes Contratantes se comprometen a:

a) Prestar colaboración recíproca de carácter técnico en los aspectos de reconocimiento, diagnóstico y medidas de prevención de riesgo sanitario que pueda ocurrir en los países partes.

b) Sin reducir el nivel de protección de la sanidad animal y la sanidad vegetal, aproximar lo más posible, la equivalencia de sus medidas fito y zoonosanitarias.

CAPITULO III

DERECHOS Y OBLIGACIONES DE LAS PARTES

Artículo 4: Las partes contratantes tendrán los siguientes derechos:

a) Cada una podrá, en conformidad con este capítulo, adoptar, mantener o aplicar cualquier medida fito y zoonosanitaria o de verificación de residuos para la protección de la salud pública o animal y de sanidad vegetal en el marco de la Organización Mundial de Comercio (OMC). No obstante, tendrá derecho a fijar sus niveles de protección, pero siempre sobre la base de principios científicos y de análisis de riesgo.

b) Verificar que los vegetales, animales y sus productos de exportación a los países signatarios, se encuentran sujetos a un riguroso seguimiento fito y zoonosanitario, certificando el cumplimiento de las exigencias de importación de la otra parte.

c) Las Partes Contratantes indicarán, de común acuerdo, las regiones específicas donde se efectuarán los trabajos de cooperación y los proyectos técnicos que se establezcan en el ámbito de este documento, considerando las condiciones regionales, en especial las relativas a las zonas libres de plagas y enfermedades.

Artículo 5: Las Partes Contratantes tendrán las siguientes obligaciones:

a) Promover en cada país la participación de instituciones y asociaciones en cumplimiento de los objetivos y de las actividades previstas en este Acuerdo Complementario.

b) Otorgar las facilidades técnicas y administrativas necesarias para la el cumplimiento del intercambio técnico-científico, de este Acuerdo Complementario.

c) Cooperar, de manera inmediata, a la solución de posibles divergencias en la aplicación de este Acuerdo Complementario.

d) Exigir, cuando fuere necesario, los certificados fitosanitarios, zoonosanitarios y sanitarios acordados para el intercambio comercial de productos agropecuarios.

e) Otorgar las facilidades necesarias para la realización de los controles, inspecciones y aprobaciones de carácter fito y zoonosanitario del otro país.

f) Establecer sistemas de armonización en el ámbito sanitario para los métodos de muestreo, diagnóstico e inspección de animales, vegetales y sus productos, a nivel de campo, procesamiento industrial y lugar de entrada.

g) Establecer, registrar e intercambiar información sobre los laboratorios para los análisis que sea necesario realizar en los animales, vegetales, productos y subproductos que ingresen al territorio del otro país.

h) Promover las facilidades necesarias para la capacitación y especialización del personal técnico en las instituciones de enseñanza e investigación y en otras entidades afines a la sanidad agropecuaria.

i) Las Partes Contratantes asegurarán la no aplicación de medidas fito y zoonosanitarias cuya única finalidad sea crear restricciones al comercio bilateral.

j) Las medidas de urgencia que se implementen para controlar focos o brotes de plagas importantes con respecto a la cuarentena y de enfermedades de denuncia obligatoria, definidas bilateralmente, serán de cumplimiento inmediato.

Artículo 6: Para la elaboración de los requisitos sanitarios y fitosanitarios para el intercambio de productos se tomarán en cuenta tanto las normas nacionales como las exigencias pertinentes de importación de la otra Parte Contratante. También se cumplirán las normas del acuerdo sobre la Aplicación de Medidas Sanitarias y Fitosanitarias de la Organización Mundial de Comercio (OMC) y, por lo tanto, del Código Zoonosológico Internacional de la Oficina Internacional de Epizootias (OIE) de la Convención Fitosanitaria de la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO) y del Codex Alimentarius. Además, deberán considerarse las normas y directrices emanadas del Comité de Sanidad Vegetal (COSAVE) y del Comité Regional de Sanidad Animal (CORESA) del Cono Sur, así como las normas y directivas emanadas de otras organizaciones internacionales de las cuales ambos países sean miembros.

Artículo 7: Las Partes Contratantes se comprometen a notificar lo siguiente :

a) Los cambios significativos que ocurran en el campo zoonosológico, tales como la aparición o sospecha de aparición de enfermedades exóticas de la lista A y B de la OIE, dentro de las 24 horas.

b) Los cambios significativos que ocurran en el campo fitosanitario, tales como la aparición o sospecha de aparición de plagas susceptibles de cuarentena o propagación de plagas bajo control oficial, dentro de los 10 días siguientes a su verificación.

c) Hallazgos de importancia epidemiológica en relación con enfermedades no incluidas en los dos ítemes anteriores.

d) Los cambios de las normas fito y zoonosológicas vigentes, que afecten al intercambio comercial de productos agropecuarios entre las Partes, serán notificadas al menos 60 días antes de la fecha de entrada en vigor de la nueva disposición para permitir observaciones de la otra Parte. Las situaciones de emergencia están exentas del plazo anteriormente indicado.

Artículo 8: Se prepararán proyectos técnicos de cooperación relacionados con productos y subproductos de origen animal y vegetal, así como con insumos agropecuarios.

Artículo 9: Las disposiciones de este Acuerdo Complementario se aplicarán a cualquier remesa que contenga productos y subproductos agropecuarios para Consulados y Misiones Diplomáticas, en conformidad con lo estipulado en las Convenciones de Viena sobre relaciones diplomáticas y sobre relaciones consulares.

Artículo 10: La Parte Contratante que enviare, por iniciativa propia, representantes y especialistas a la otra

Parte Contratante, solventará los gastos pertinentes. La Parte Contratante del país anfitrión facilitará el acceso de los funcionarios a los lugares en que tengan que desarrollar su labor y proporcionará la asistencia necesaria para el cumplimiento de la misión.

CAPITULO IV

DE LAS ENTIDADES EJECUTORAS

Artículo 11: La coordinación y supervisión de la aplicación de este instrumento estará a cargo de las entidades ejecutoras del mismo, a través de una Comisión Mixta de Planes de Trabajo integrada por los titulares de los órganos responsables de las políticas e implementación de las actividades de sanidad agropecuaria, o por sus representantes, además de los respectivos equipos técnicos que se consideren necesarios.

Artículo 12: Las entidades ejecutoras se comprometen a elaborar, en forma coordinada, un informe anual sobre el desarrollo y los resultados de este Acuerdo Complementario.

Artículo 13: Para discutir las materias técnico-científicas y de certificación fito y zoonosanitaria, así como los otros temas que surjan durante la implementación de este Acuerdo Complementario, las entidades ejecutoras se reunirán al menos una vez al año, en fecha y lugar que serán fijados de común acuerdo, y cuya sede será de carácter rotativo.

Artículo 14: Las partes Contratantes reunirán los recursos financieros necesarios para cumplir las actividades programadas y podrán solicitar la cooperación de los productores, importadores y exportadores de productos agropecuarios. También las Partes podrán solicitar la colaboración de organismos internacionales para realizar las actividades destinadas a la implementación del control del Acuerdo Complementario.

Artículo 15: Las entidades ejecutoras podrán, en virtud de este Acuerdo Complementario, firmar protocolos específicos en materias de interés y que involucren un mayor detalle técnico-operacional, que permitan la implementación de este Acuerdo Complementario.

Todo Protocolo suscrito en los términos de este artículo, constituirá parte integrante de este Acuerdo Complementario.

CAPITULO V

PERIODO DE VIGENCIA Y ENMIENDAS

Artículo 16: El presente Acuerdo Complementario entrará en vigor 30 (treinta) días después de la fecha de recepción de la última notificación respecto del cumplimiento de las formalidades legales internas para su plena vigencia. Su duración será de un año, prorrogable automáticamente por iguales periodos sucesivos, salvo denuncia por escrito efectuada por cualquiera de las Partes con aviso previo de por lo menos 6 (seis) meses.

Artículo 17: El presente Acuerdo podrá ser modificado por las Partes Contratantes mediante notificación escrita, presentada con 3 (tres) meses de anticipación a la fecha de ejecución de las nuevas disposiciones de carácter fitozoosanitarios o al inicio de las temporadas de exportación, salvo que se trate de medidas de emergencia. Cualquier divergencia sobre su interpretación o ejecución, será resuelta a través de negociaciones directas entre las Partes.

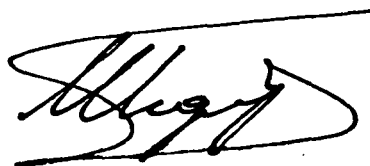
Artículo 18: El término del presente Acuerdo Complementario no afectará a la realización de las actividades cooperativas que se encuentren en ejecución ni de aquellos que se hubieran formalizado durante su vigencia.

Hecho en Brasilia, a veinticinco días del mes de marzo de mil novecientos noventa y seis, en dos ejemplares originales, en idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno
de la República Federativa del Brasil:



Por el Gobierno
de la República de Chile:



[TRANSLATION — TRADUCTION]

**AGREEMENT¹ IN THE FIELD OF PLANT AND ANIMAL HEALTH,
SUPPLEMENTARY TO THE BASIC AGREEMENT ON SCIENTIFIC,
TECHNICAL AND TECHNOLOGICAL COOPERATION
BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE RE-
PUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE RE-
PUBLIC OF CHILE²**

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Chile, hereinafter referred to as the "Contracting Parties",

Considering

That it is in the common interest to increase the commercial exchange of agricultural products and technical cooperation on plant and animal health protection issues between the two countries;

That scientific, technological and standardization issues in the field of animal and plant health protection are of particular interest in promoting the exchange of animals and plants and their by-products and the protection of the territories of both Contracting Parties against pests and disease;

That the recognition, harmonization and streamlining of the technical and administrative requirements and procedures necessary for imports of agricultural products will facilitate the trade in those products and their by-products;

That both Parties agree that their public health authorities shall apply strictly their respective plant and animal health protection legislation and requirements;

That the two countries shall sign the World Trade Organization (WTO) Agreement on the Application of Sanitary and Phytosanitary Measures;³

That the Secretariat for Agricultural Protection (SDA) of the Ministry of Agriculture, Supply and Land Reform of the Federative Republic of Brazil and the Agricultural Service of the Ministry of Agriculture of the Republic of Chile are members of the Plant Health Protection Committee (COSAVE) and the Regional Committee for Animal Health Protection (CORESA) of the Southern Cone;

That the dynamics of agricultural trade require that existing agreements be updated;

Agree to establish, by virtue of the bilateral Basic Agreement on scientific, technical and technological cooperation, signed on 26 July 1990, the following Supplementary Agreement:

¹ Came into force on 1 August 1997 by notification, in accordance with article 16.

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 1731, p. 17.

³ *Ibid.*, vol. 1867, 1868 and 869, p. 3.

CHAPTER I

OBJECTIVE

Article 1

The Secretariat for Agricultural Protection (SDA), as a technical agency of the Federative Republic of Brazil, and the Agricultural Service (SAG), as a technical agency of the Republic of Chile, hereinafter referred to as the executing agencies, have agreed as follows:

- (a) To identify and give priority to technical cooperation activities in matters of common interest in order to achieve better control of existing plant and animal pests and diseases and facilitate trade in agricultural products between the two countries;
- (b) To develop plans to prevent the introduction and spread of plant and animal pests and diseases subject to quarantine regulations in the territory of the Contracting Parties and to harmonize their tolerance limits as appropriate;
- (c) To adopt technical and administrative measures to ensure compliance with the plant and animal health requirements and conditions established by their respective national legislation, thus facilitating the export of agricultural products between the two countries;
- (d) To establish reciprocal rules concerning hygiene and technology for the official monitoring of products of animal and plant origin.

CHAPTER II

ACTIVITIES

Article 2

The cooperation referred to in this Supplementary Agreement shall consist of the following activities:

- (a) The exchange of technical information and legislation on the plant and animal health situation of the Contracting Parties and on methods of pest and disease control, techniques for diagnosis, manipulation and development of products and by-products of animal and plant origin;
- (b) The exchange of specialized personnel to supervise the procedures for plant and animal production at the source in order to verify the plant and animal health protection conditions;
- (c) The establishment of specific plant and animal health protection programmes and treatments in order to streamline the procedures for trade in agricultural goods and products.

Article 3

With a view to the implementation of the technical cooperation activities referred to in article 1, the Contracting Parties agree:

- (a) To provide reciprocal technical assistance on matters relating to the recognition and diagnosis of, and measures for the prevention of, health risks which may occur in the States Parties;

(b) Without reducing the level of animal and plant health protection, to ensure as far as possible the equivalence of their plant and animal health measures.

CHAPTER III

RIGHTS AND OBLIGATIONS OF THE PARTIES

Article 4

The Contracting Parties shall have the following rights:

(a) Each Party may, in accordance with this chapter, adopt, maintain or apply any plant and animal health protection or residue verification measure for the protection of public health, animal health or plant health within the framework of the World Trade Organization (WTO). It shall, however, have the right to establish its levels of protection, but always on the basis of scientific principles and risk analysis;

(b) To verify that plants and animals and their products for export to the signatory countries are subject to rigorous plant and animal health monitoring, to certify compliance with the import requirements of the other Party;

(c) The Contracting Parties shall, by common agreement, indicate the specific regions where the cooperation work and technical projects to be established in the context of this document shall be carried out, taking into account regional conditions, particularly in relation to pest- and disease-free areas.

Article 5

The Contracting Parties shall have the following obligations:

(a) To promote in each country the participation of institutions and associations in carrying out the objectives and activities envisaged in this Supplementary Agreement;

(b) To provide the necessary technical and administrative facilities for carrying out the technical and scientific exchange provided for in this Supplementary Agreement;

(c) To cooperate, in a timely manner, in resolving possible differences in the application of this Supplementary Agreement;

(d) To require, when necessary, the plant health, animal health and public health protection certificates issued for the commercial exchange of agricultural products;

(e) To provide the facilities needed to carry out the other country's plant and animal health protection control, inspection and approval procedures;

(f) To establish harmonization systems in the health protection field for sampling, diagnosis and inspection methods for animals and plants and their products, at the field level, in industrial processing and at the point of entry;

(g) To establish, register, and exchange information on laboratories for the analyses to be carried out on animals and plants and their products and by-products entering the territory of the other country;

(h) To enhance the facilities needed for the training and specialization of technical personnel in teaching and research institutions and in other bodies connected with agricultural health protection;

(i) The Contracting Parties shall ensure that plant and animal health protection measures the sole purpose of which is to restrict bilateral trade will not be applied;

(j) Urgent measures to control foci or outbreaks of significant pests and notifiable diseases, as defined bilaterally, shall be implemented immediately.

Article 6

In the establishment of the health protection and plant health protection requirements for the exchange of products, both national standards and the relevant import requirements of the other Contracting Party shall be taken into account. The standards set out in the World Trade Organization (WTO) Agreement on the Application of Sanitary and Phytosanitary Measures shall also be implemented, as well as those of the International Zoosanitary Code of the International Office of Epizootics (IOE), the Phytosanitary Convention of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) and the Codex Alimentarius. In addition, the standards and guidelines established by the Plant Health Protection Committee (COSAVE) and the Regional Committee for Animal Health Protection (CORESA) of the Southern Cone shall be considered, as well as the standards and guidelines established by other international organizations of which both countries are members.

Article 7

The Contracting Parties undertake to notify each other of the following:

(a) Significant changes which may occur in the animal health protection field, such as the appearance or suspected appearance of exotic diseases from IOE List A and B, within 24 hours;

(b) Significant changes which may occur in the plant health protection field, such as the appearance or suspected appearance of pests requiring quarantine, or the spread of pests under official control, within 10 days following verification;

(c) Discoveries of epidemiological significance in relation to diseases not included under the two preceding subparagraphs;

(d) Changes in current plant and animal health protection regulations that affect the commercial exchange of agricultural products between the Parties, which shall be officially notified at least 60 days before the date of the entry into force of the new provision in order to allow for comments from the other Party. Emergency situations shall be exempt from the above time limit.

Article 8

Technical cooperation projects shall be prepared relating to products and by-products of animal and plant origin, as well as products with agricultural inputs.

Article 9

The provisions of this Supplementary Agreement shall apply to any shipment containing agricultural products and by-products for Consulates and Diplomatic Missions, in accordance with the provisions of the Vienna Conventions on diplomatic and consular relations.

Article 10

The Contracting Party which, on its own initiative, sends representatives and experts to the other Contracting Party, shall defray the relevant expenses. The Con-

tracting Party of the host country shall facilitate access for the officials to the places in which they have to carry out their work, and shall provide any assistance necessary for them to carry out their mission.

CHAPTER IV

EXECUTING AGENCIES

Article 11

The coordination and supervision of the application of this instrument shall be the responsibility of its executing agencies, through a Joint Commission on Work Plans composed of officials from the agencies responsible for policies and the implementation of agricultural health protection activities, or their representatives, in addition to any relevant technical teams that may be considered necessary.

Article 12

The executing agencies undertake to prepare, in a coordinated form, an annual report on the development and results of this Supplementary Agreement.

Article 13

In order to discuss technical and scientific matters, and issues relating to plant and animal health certification, as well as any other issues which may arise during the implementation of this Supplementary Agreement, the executing agencies shall meet at least once a year, at a date and place to be established by common agreement, the venue being rotated.

Article 14

The Contracting Parties shall collect the financial resources needed to carry out the programmed activities and may request cooperation from the producers, importers and exporters of agricultural products. The Parties may also request the collaboration of international agencies in order to carry out monitoring activities under the Supplementary Agreement.

Article 15

The executing agencies may, by virtue of this Supplementary Agreement, sign specific protocols on subjects of interest that require greater technical and operational detail, in order to facilitate the implementation of this Supplementary Agreement.

Any Protocol signed under the terms of this article shall constitute an integral part of this Supplementary Agreement.

CHAPTER V

PERIOD OF VALIDITY AND AMENDMENTS

Article 16

This Supplementary Agreement shall enter into force 30 (thirty) days after the date of receipt of the final notification that the internal legal formalities for its full entry into force have been completed. It shall remain in force for a period of one year

and shall be automatically renewed for successive one-year periods, unless it is denounced in writing by one of the Parties, giving at least 6 (six) months' advance notice.

Article 17

This Agreement may be amended by the Contracting Parties by written notification submitted 3 (three) months prior to the date of implementation of the new plant and animal health protection provisions or the beginning of the export periods, except in the case of emergency measures. Any disagreement concerning its interpretation or implementation shall be resolved by direct negotiations between the Parties.

Article 18

The termination of this Supplementary Agreement shall not affect the implementation of ongoing cooperation activities, or of those agreed upon during the time that it was in force.

DONE at Brasília, on the twenty-fifth day of March, nineteen hundred and ninety-six, in two original copies, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:

LUIS FELIPE LAMPREIA

For the Government
of the Republic of Chile:

MIGUEL INSULZÁ

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ PORTANT SUR LA SÉCURITÉ SANITAIRE DES RÉCOLTES ET DU BÉTAIL, COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DE BASE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU CHILI RELATIF À LA COOPÉRATION SCIENTIFIQUE, TECHNIQUE ET TECHNOLOGIQUE²

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Chili, ci-après dénommés les « Parties contractantes »,

Considérant :

Qu'il est de leur intérêt commun de développer les échanges commerciaux des produits de l'agriculture et de l'élevage du bétail ainsi que la coopération technique en matière phytosanitaire et zoonitaire entre les deux pays;

Que les aspects scientifiques, technologiques et réglementaires de la sécurité sanitaire des animaux et des végétaux doivent être spécialement pris en compte pour faciliter les échanges d'animaux et de végétaux et de leurs sous-produits et pour contribuer à préserver le territoire des deux Parties contractantes des ennemis des cultures et des animaux et des maladies;

Que l'identification, l'harmonisation et la simplification des prescriptions et procédures techniques et administratives applicables aux importations des produits de l'agriculture et de l'élevage du bétail faciliteront le commerce de ces produits et de leurs sous-produits;

Que les deux parties sont d'accord pour que leurs organismes sanitaires officiels appliquent strictement leurs législations et leurs prescriptions respectives en matière phytosanitaire et zoonitaire³;

Que les deux pays ont signé l'Accord de l'Organisation mondiale du commerce (OMC) sur l'application des mesures sanitaires et phytosanitaires;

Que le Secrétariat de la défense de l'agriculture et de l'élevage du bétail du Ministère de l'agriculture, de l'approvisionnement et de la réforme agraire de la République fédérative du Brésil et le Service de l'agriculture et de l'élevage du bétail du Ministère de l'agriculture de la République du Chili sont membres du Comité de la sécurité sanitaire des végétaux et du Comité régional de la santé animale du Cône Sud;

Que la dynamique du commerce des produits de l'agriculture et de l'élevage exige que les accords existants soient actualisés;

Sont convenus de conclure, conformément à l'Accord de base bilatéral sur la coopération scientifique, technologique et technique signé le 26 juillet 1990, l'Accord complémentaire suivant :

¹ Entré en vigueur le 1^{er} août 1997 par notification, conformément à l'article 16.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1731, p. 17.

³ *Ibid.*, vol. 1867, 1868 et 1869, p. 3.

CHAPITRE PREMIER

OBJECTIF

Article premier

Le Secrétariat de la défense de l'agriculture et de l'élevage du bétail, en tant qu'organisme technique de la République fédérative du Brésil et le Service de l'agriculture et de l'élevage du bétail de la République du Chili, en tant qu'organisme technique de la République du Chili, ci-après dénommés les organes exécutifs, s'engagent à ce qui suit :

a) Identifier les mesures de coopération technique dans les domaines d'intérêt commun en vue de mieux lutter contre les ennemis des récoltes et des animaux et les maladies phytosanitaires et zoonosaires qui existent actuellement et faciliter le commerce des produits de l'agriculture et de l'élevage du bétail entre les deux pays et donner priorité auxdites mesures.

b) Elaborer des plans en vue de prévenir l'introduction et la propagation des ennemis des récoltes et des animaux ou des maladies phytosanitaires et zoonosaires faisant l'objet des règlements de quarantaine sur le territoire des deux Parties contractantes et harmoniser, le cas échéant, les limites de la tolérance applicables en la matière.

c) Prendre les mesures techniques et administratives voulues pour faire respecter les normes et les conditions phytosanitaires et zoonosaires fixées par la législation nationale de chaque Etat, facilitant ainsi les exportations des produits de l'agriculture et de l'élevage du bétail entre les deux pays.

d) Etablir, sur la base de la réciprocité, des normes sanitaires et technologiques applicables aux contrôles officiels des produits d'origine animale et végétale.

CHAPITRE II

DES MESURES

Article 2

La coopération visée dans le présent Accord complémentaire reposera sur les mesures suivantes :

a) Echange d'informations techniques et de textes législatifs concernant la situation phytosanitaire et zoonosaire sur le territoire des Parties contractantes, les méthodes de lutte contre les ennemis des récoltes et des animaux, les techniques de diagnostic, la manutention et la fabrication des produits et sous-produits d'origine animale et végétale.

b) Echange d'experts en vue d'assurer, au stade initial, la supervision des processus de production végétale et animale afin de vérifier les conditions phytosanitaires et zoonosaires.

c) Mise au point de programmes et de traitements phytosanitaires et zoonosaires spécifiques facilitant les procédures applicables en matière de commerce des produits et sous-produits d'origine animale et végétale.

Article 3

Aux fins de la mise en œuvre des mesures de coopération visées à l'article premier, les Parties contractantes s'engagent à :

a) Se prêter mutuellement assistance dans le cadre d'une coopération technique concernant l'identification, le diagnostic et les mesures de prévention du risque sanitaire pouvant surgir dans les pays parties.

b) Sans abaisser le niveau de la protection de la sécurité sanitaire des animaux et des végétaux, harmoniser, dans toute la mesure du possible, les mesures phytosanitaires et zoosanitaires.

CHAPITRE III

DROITS ET OBLIGATIONS DES PARTIES

Article 4

Les Parties contractantes auront les droits ci-après :

a) Chacune pourra, conformément au présent chapitre, adopter, conserver ou appliquer toute mesure phytosanitaire et zoosanitaire ou de vérification des résidus en vue d'assurer la protection de la santé publique ou animale et la sécurité sanitaire des végétaux dans le cadre de l'Organisation mondiale du commerce (OMC). Il lui sera toutefois loisible de fixer ses propres normes de protection, mais toujours sur la base de principes scientifiques et de l'analyse du risque.

b) Chacune pourra vérifier que les végétaux, les animaux et leurs produits destinés à l'exportation vers les pays signataires font l'objet d'un suivi phytosanitaire et zoosanitaire rigoureux et certifiera que les conditions exigées pour l'importation sur le territoire de l'autre partie ont été satisfaites.

c) Les Parties contractantes détermineront, d'un commun accord, les régions spécifiques où se dérouleront les activités de coopération et où seront exécutés les projets techniques qui seront élaborés dans le cadre du présent instrument, compte tenu des conditions régionales, et notamment de celles des zones exemptes d'ennemis des récoltes et des animaux et de maladies.

Article 5

Les Parties contractantes auront les obligations suivantes :

a) Encourager, dans chaque pays, la participation des organismes et associations à la réalisation des objectifs et des activités visés dans le présent Accord complémentaire.

b) Accorder les facilités techniques et administratives nécessaires pour la réalisation des échanges techniques et scientifiques prévus dans le présent Accord complémentaire.

c) Coopérer, sans délai, au règlement des différends éventuels concernant l'application du présent Accord complémentaire.

d) Exiger, en cas de nécessité, la production des certificats phytosanitaires, zoosanitaires et sanitaires délivrés en vue de l'échange commercial de produits de l'agriculture et de l'élevage du bétail.

e) Accorder les facilités nécessaires pour l'application des procédures de contrôle, d'inspection et d'autorisation phytosanitaires et zoosanitaires de l'autre pays.

f) Etablir des systèmes d'harmonisation, sur le plan sanitaire, des méthodes d'échantillonnage, de diagnostic et de contrôle des animaux, des végétaux et de leurs produits, au niveau local ainsi que sur le site des opérations industrielles et au point d'entrée dans le pays.

g) Etablir, enregistrer et échanger des informations sur les laboratoires procédant aux analyses à effectuer sur les animaux, les végétaux et leurs produits et sous-produits importés sur le territoire de l'autre pays.

h) Promouvoir les facilités nécessaires pour la formation professionnelle et la spécialisation du personnel technique dans les établissements d'enseignement et de recherche et les autres organismes s'occupant de la sécurité sanitaire dans le domaine de l'agriculture et de l'élevage du bétail.

i) S'interdire d'appliquer des mesures phytosanitaires et zoosanitaires visant uniquement à imposer des restrictions au commerce bilatéral.

j) Appliquer sans retard les mesures d'urgence visant à éliminer les foyers ou sources d'ennemis des récoltes et des animaux importants appelant des mesures de quarantaine, et de maladies à déclaration obligatoire, énumérées dans des accords bilatéraux.

Article 6

Aux fins de l'élaboration des normes sanitaires et phytosanitaires applicables aux échanges de produits, il sera tenu compte des normes nationales ainsi que des prescriptions concernant les importations de l'autre Partie contractante. Seront également prises en considération les normes de l'Accord de l'Organisation mondiale du commerce (OMC) sur l'application des mesures sanitaires et phytosanitaires et, par conséquent, celles du Code zoosanitaire international du Bureau international des épizooties (BIE), celles de la Convention phytosanitaire de l'Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture (FAO) et celles du Codex Alimentarius. Enfin, il y aura lieu de faire entrer en ligne de compte les normes et directives du Comité de la sécurité sanitaire des végétaux et du Comité régional de la santé animale du Cône Sud ainsi que celles des autres organisations internationales dont les deux pays sont membres.

Article 7

Les Parties contractantes s'engagent à se communiquer les informations suivantes :

a) Les modifications importantes survenues dans le domaine zoosanitaire concernant par exemple l'apparition ou la crainte d'apparition de maladies exotiques des listes A et B du BIE, dans un délai de 24 heures.

b) Les modifications importantes survenant dans le domaine zoosanitaire, par exemple l'apparition ou la crainte d'apparition d'ennemis des récoltes et des animaux pouvant exiger des mesures de quarantaine ou la propagation d'ennemis des récoltes et des animaux faisant l'objet d'une campagne officielle de lutte, dans un délai de 10 jours suivant la vérification.

c) Les découvertes, d'importance épidémiologique, relatives à des maladies qui ne sont pas visées dans les deux paragraphes précédents.

d) Les modifications des normes phytosanitaires et zoosanitaires en vigueur qui pourront avoir des incidences sur les échanges commerciaux de produits de l'agriculture et de l'élevage du bétail entre les Parties; elles seront notifiées au moins 60 jours avant la date d'entrée en vigueur des nouvelles dispositions afin de permettre à l'autre Partie de formuler des observations. En cas de situation d'urgence, le délai en question ne sera pas obligatoire.

Article 8

Il sera procédé à l'élaboration de projets techniques de coopération concernant les produits et sous-produits d'origine animale et végétale ainsi que les facteurs de production dans le domaine de l'agriculture et de l'élevage du bétail.

Article 9

Les dispositions du présent Accord complémentaire s'appliqueront à tout envoi, à des consulats et missions diplomatiques, de marchandises contenant des produits et sous-produits de l'agriculture et de l'élevage du bétail, conformément aux dispositions des Conventions de Vienne sur les relations diplomatiques et sur les relations consulaires.

Article 10

La Partie contractante qui enverra, de son propre chef, des représentants et des spécialistes à l'autre Partie contractante prendra à sa charge les frais correspondants. La Partie contractante jouant le rôle de pays hôte facilitera aux fonctionnaires concernés l'accès des lieux où ils seront appelé à travailler et leur accordera l'assistance nécessaire à l'accomplissement de leur mission.

CHAPITRE IV

DES ORGANES EXÉCUTIFS

Article 11

La coordination et la supervision de l'application du présent instrument seront confiées aux organes exécutifs compétents en la matière, qui s'acquitteront de leur mission dans le cadre d'une Commission mixte des plans de travail composée des chefs des organes exécutifs chargés des politiques et de l'exécution des activités dans le domaine de la sécurité sanitaire des récoltes et du bétail, ou de leurs représentants, ainsi que de groupes d'experts compétents dont la participation sera jugée nécessaire.

Article 12

Les organes exécutifs s'engagent à élaborer, de manière coordonnée, un rapport annuel sur la mise en œuvre et les résultats du présent Accord complémentaire.

Article 13

En vue d'examiner les questions techniques et scientifiques et celles relatives à l'établissement des certificats phytosanitaires et zoosanitaires ainsi que les autres qui pourront se poser au cours de l'application du présent Accord complémentaire, les organes exécutifs se réuniront au moins une fois par an, à une date et en un lieu fixés d'un commun accord sur la base d'un système de rotation.

Article 14

Les Parties contractantes mobiliseront les ressources financières nécessaires pour accomplir les activités programmées et pourront solliciter la coopération des producteurs, importateurs et exportateurs de produits de l'agriculture et de l'élevage du bétail. En outre, les Parties pourront inviter des organismes internationaux à participer aux activités visant à mettre en œuvre les mesures de contrôle prévues par l'Accord complémentaire.

Article 15

Les organes exécutifs pourront, en vertu du présent Accord complémentaire, signer, sur des matières d'intérêt commun, des protocoles spécifiques d'un caractère technico-opérationnel plus détaillé, aux fins de l'exécution du présent Accord complémentaire.

Tout protocole signé conformément au présent article fera partie intégrante du présent Accord complémentaire.

CHAPITRE V

DURÉE ET MODIFICATIONS

Article 16

Le présent Accord complémentaire entrera en vigueur 30 (trente) jours après la date de réception de la dernière notification concernant l'accomplissement des formalités légales internes requises pour sa pleine mise en application. Sa durée sera d'un an et cette période sera automatiquement prorogée pour des périodes successives d'égale durée, à moins qu'il ne soit dénoncé par écrit par l'une quelconque des Parties moyennant un préavis d'au moins six mois.

Article 17

Le présent Accord pourra être modifié par les Parties contractantes moyennant notification écrite présentée trois mois avant la date d'entrée en vigueur des nouvelles dispositions de nature phytosanitaire ou le début des périodes d'exportation, à moins qu'il ne s'agisse de mesures d'urgence. Tout différend concernant son interprétation ou son exécution sera réglé par voie de négociations directes entre les Parties.

Article 18

L'expiration du présent Accord complémentaire sera sans effet sur le déroulement des activités de coopération en voie d'exécution ni sur celles qui auront été mises au point pendant sa durée d'application.

FAIT à Brasília, le 25 mars 1996, en double exemplaire, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative du Brésil :

LUIS FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement
de la République du Chili :

MIGUEL INSULZÁ